



Anais da Assembléia

137

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE NOVENO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 121.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE NOVENO DE 1986
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Leônidas Chaves, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Paulo Furiatti, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Wilson Fortes (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Aírton Cordeiro, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Donato Gulin, Edilson Alencar Furtado, Homero Oguido, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Tuguio Setogutte e Werner Wanderer (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.153/86

Curitiba, 17 de novembro de 1986
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre o valor da Taxa Judiciária a que se refere a Lei n.7.810, de 29 de fevereiro de 1983.

A Taxa Judiciária cobrada sobre a propositura de ações, obedece ao contido na Lei Estadual de n.8.710, de 29 de dezembro de 1983, a qual prevê reajuste automático em função da variação de valor da Unidade Padrão Fiscal do Paraná.

Como o reajuste é decorrente de dispositivo da Lei em questão, a Secretaria de Estado das Finanças, em obediência a aquele dispositivo e tendo em vista o caráter prático que deve dar suporte à cobrança, tanto por parte dos contribuintes como dos agentes fiscais, editou a Instrução de n. 1019/86, que calcula tais valores em moeda nacional.

Dentro da perfeita observância dos princípios contidos no Plano Cruzado editado pelo Governo Federal, e mais especificamente do Decreto-Lei n.2284, de 10 de março de 1986, os valores da Taxa Judiciária foram atualizados até a data de 27 de fevereiro de 1986.

Essa atualização, porém, foi efetivada, mercê dispositivo da Lei Estadual que prevê o reajuste semestral do tributo, no segundo semestre do ano em curso, mas, repita-se, tendo por base a correção calculada até 27 de fevereiro.

A Secretaria das Finanças, alertada por posicionamento adotado pela Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional do Paraná, examinou a anomalia econômica que resulta da tabela proporcional para cálculo da taxa contida na Lei de 1983, verificando não haver sido prevista a correção de valores das causas.

Conseqüentemente, reconhecendo a injustiça contida na tabela, bem como o fato de estar sendo cobrada taxa remuneratória de serviço público tendo por base valor de direitos, resolveu submeter o assunto ao estudo de juristas tributários paranaenses, os quais acordaram pela mudança de tal critério.

Em decorrência, foi elaborado anteprojeto de lei alterando os valores da referida taxa para um valor único, equivalente a 2,55 (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos) vezes o valor da Obrigação do Tesouro Nacional, bem como atendendo o interesse social, concedendo isenção às causas de valor inferior ao de cinquenta OTN's.

Certo de que a medida proposta merece-

rá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 277/86

Art.1º - A Taxa Judiciária a que se refere a Lei n.7.810, de 29 de dezembro de 1983, passa a ser devida no valor equivalente a 2,55 (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos) vezes o valor da Obrigação do Tesouro Nacional OTN.

§ 1º - Ficam isentas do pagamento da taxa as causas cujo valor não exceda a 50 (cinquenta) vezes o valor da Obrigação do Tesouro Nacional - OTN.

§ 2º - O autor deverá recolher a taxa quando o valor da causa arbitrado judicialmente, exceder o limite da isenção de que trata o parágrafo anterior.

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.154/86

Curitiba, 17 de novembro de 1986
Senhor Presidente.

Através da presente, encaminho a Vossa Excelência para fins de exame e deliberação dessa Augusta Casa de Leis, a inclusa proposição formulada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, objetivando alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), conforme Ofício n. 365/85, da Presidência daquela Corte de Justiça, a mim dirigido em 15 do corrente mês e cujo inteiro teor, em cópia autêntica, segue em anexo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS.
Governador do Estado

N.365/86 - D.A.

Curitiba, 15 de outubro de 1986
Senhor Governador:

Para os fins legais e constitucionais, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de lei, devidamente aprovado pelo Plenário deste Tribunal, promovendo alterações no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

É oportuno ressaltar que o referido anteprojeto, além de consignar a criação de Comarcas e Varas e a elevação de Entrância de outras, objetiva promover uma maior celeridade na prestação jurisdicional, corrigindo distorções no tocante à estruturação e ao funcionamento do foro

extrajudicial, com o desmembramento e a desanexação de alguns offices de Justiça.

De igual forma, cuida o anteprojeto, em alguns artigos, de reformular a sistemática de computação do tempo de serviço para efeito de implantação de adicionais aos Magistrados, restringindo-se a sua concessão.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência minhas expressões da mais alta estima e consideração distinta.

(a) ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA CARNEIRO
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI 276/86

Proposta de Alteração do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado

Art. 1º - A Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 41, incisos III, IV e V. suprimido o seu inciso VI, e seus parágrafos 2º e 3º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 -

I -

II -

III - Juiz de Direito de entrância intermediária.

IV - Juiz de Direito substituto.

V - Juiz de Direito de entrância final.

§ 1º -

§ 2º - O Juiz de Direito Substituto terá sede nas Comarcas de Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

§ 3º - Na Comarca de Curitiba, além dos Juizes de Direito Substitutos das seções judiciárias, existirão mais quatro que poderão ser designados para auxiliarem o Presidente do Tribunal de Justiça e o Corregedor da Justiça."

O art. 51, parágrafo 1º, acrescido do parágrafo 3º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51 -

§ 1º - Nas comarcas de entrância final, a direção do Fórum será exercida por um dos Juizes titulares, pelo prazo máximo de dois anos, sob indicação do Órgão Especial designação do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º -

§ 3º - As substituições eventuais do Juiz de Direito Diretor do Fórum, serão exercidas pelo Juiz de Direito antigo na comarca, independente de designação."

O art. 62, parágrafos 1º e 2º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62 -

§ 1.º - Nas comarcas onde houver mais de uma vara criminal, os processos da competência do Tribunal do Júri serão definidos pela distribuição. Pronunciado o réu, os autos serão remetidos ao Presidente do Tribunal do Júri para julgamento.

§ 2.º - Nas Comarcas de Curitiba, e Londrina, a Vara privativa do Tribunal do Júri não participará da distribuição referida no parágrafo anterior".

O art. 71, parágrafo 2.º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 71 -

§ 1.º -

§ 2.º - Nos casos de promoção, remoção ou permuta, o prazo de entrada em exercício é de quinze (15) dias, prorrogável por igual período, na forma do parágrafo anterior, exceto não havendo mudança de comarca, quando a assunção será imediata".

O art. 74 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 74 - O quadro de antiguidade dos Desembargadores, dos Juizes do Tribunal de Alcáda, dos Juizes de Direito e Substitutos, compostos das listas correspondentes a cada categoria de magistrado, será atualizado, anualmente, pelo Presidente e publicado no Diário da Justiça."

O artigo 82 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 82 - O magistrado que for promovido ou removido fará jus à ajuda de custo para despesa de transporte e mudança, em importância não excedente a três e não inferior a um mês de vencimentos, observando-se a distância, o tempo e as condições da viagem. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá, ainda, conceder ajuda de custo ao magistrado autorizado a frequentar curso de aperfeiçoamento e estudo.

§ 1.º -

§ 2.º -"

O artigo 99 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99 - Os Juizes de Direito das Comarcas de Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa serão substituídos por Juizes de Direito Substitutos, observada a seção judiciária respectiva, ou por designação do Presidente do Tribunal de Justiça que, excepcionalmente, poderá valer-se de Juizes Substitutos."

O artigo 135 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 135 - Os Magistrados de primeira instância deverão comparecer, diariamente, à sede do Juízo, das treze e trinta (13,30) às dezessete (17,00) horas, ou enquanto necessário ao serviço, salvo quando em diligência externa.

Parágrafo Único -"

O artigo 207, incisos III, IV, V, VI e VII, passa a vigorar com a seguinte redação:

ção:

"Art. 207 -

I -

II-

III- 120 Juizes de Direito de entrada final, sendo:

a) 92 titulares de varas;

b) 28 Juizes de Direito Substitutos;

IV- 105 Juizes de Direito de entrada intermediária;

V- 89 Juizes de Direito de entrada inicial;

VI- 37 Juizes Substitutos;

VII- Juizes de Paz".

O artigo 208 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 208 - As comarcas, segundo a importância do movimento forense, densidade demográfica, situação geográfica, posição como sede de Seção Judiciária, são classificadas em três entradas: inicial, intermediária e final, reservada esta para as de Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Parágrafo Único - Essas Comarcas se agrupam em 61 Seções Judiciárias, integradas por Distritos".

O artigo 209, incisos II e III, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.209 -

I -

II- De entrada intermediária:

1) Apucarana; 2) Arapongas; 3) Araucária; 4) Assis Chateaubriand; 5) Astorga; 6) Bandeirantes; 7) Bela Vista do Paraíso; 8) Cambé; 9) Campo Largo; 10) Campo Mourão; 11) Capanema; 12) Castro; 13) Cianorte; 14) Colombo; 15) Cornélio Procopio; 16) Cruzeiro do Oeste; 17) Foz do Iguaçu; 18) Francisco Beltrão; 19) Goioerê; 20) Guaíra; 21) Guarapuava; 22) Ibaté; 23) Ibiporã; 24) Irati; 25) Ivaiporã; 26) Jacarezinho; 27) Lapa; 28) Laranjeiras do Sul; 29) Loanda; 30) Marechal Cândido Rondon; 31) Medianeira; 32) Nova Esperança; 33) Palmas; 34) Paranaguá; 35) Paranaíba; 36) Pato Branco; 37) Peabiru; 38) Piraquara; 39) Pitanga; 40) Rio Branco do Sul; 41) Rio Negro; 42) Rolândia; 43) Santo Antônio da Platina; 44) Santo Antônio do Sudoeste; 45) São José dos Pinhais; 46) Telêmaco Borba; 47) Toledo; 48) Umuarama; 49) União da Vitória; 50) Wenceslau Braz.

III- De entrada inicial:

1) Altônia; 2) Alto Paraná; 3) Alto Piquiri; 4) Andirá; 5) Antonina; 6) Apoti; 7) Assaí; 8) Barbosa Ferraz; 9) Barracão; 10) Bocaiuva do Sul; 11) Cambará; 12) Campina da Lagoa; 13) Cândido de Abreu; 14) Capitão Leônidas Marques; 15) Carlópolis; 16) Catanduvas; 17) Centenário do Sul; 18) Cerro Azul; 19) Chopinzinho; 20) Cidade Gaúcha; 21) Clevelândia; 22) Colorado; 23) Congonhinhas; 24) Corbélia; 25) Coronel Vivida; 26) Curiúva; 27) Dois Vi-

zinhos; 28) Engenheiro Beltrão; 29) Faxinal; 30) Formosa do Oeste; 31) Grandes Rios; 32) Guaraniáçu; 33) Guaratuba; 34) Ibituva; 35) Ipiranga; 36) Iporã; 37) Jaguapitã; 38) Jaguaruaiva; 39) Jandaia do Sul; 40) Joaquim Távora; 41) Mallet; 42) Mamborê; 43) Mandaguáçu; 44) Mandaguari; 45) Mangueirinha; 46) Marialva; 47) Marilândia do Sul; 48) Matelândia; 49) Morretes; 50) Nova Fátima; 51) Nova Londrina; 52) Ortigueira; 53) Palmeira; 54) Palmital; 55) Palotina; 56) Paraíso do Norte; 57) Paranacity; 58) Pérola; 59) Pinhão; 60) Pirai do Sul; 61) Porecatu; 62) Primeiro de Maio; 63) Prudentópolis; 64) Quebras do Iguaçu; 65) Realeza; 66) Rebouças; 67) Reserva; 68) Ribeirão Claro; 69) Ribeirão do Pinhal; 70) Salto do Lontra; 71) Santa Helena; 72) Santa Izabel do Ivaí; 73) Santa Mariana; 74) São Jerônimo da Serra; 75) São João do Ivaí; 76) São João do Triunfo; 77) São Mateus do Sul; 78) São Miguel do Iguaçu; 79) Sengés; 80) Sertãozinho; 81) Siqueira Campos; 82) Teixeira Soares; 83) Terra Rica; 84) Terra Roxa; 85) Tibagi; 86) Tomazina; 87) Ubiratã; 88) Uraí; 89) Xambrê".

O artigo 210 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 210 - São as seguintes as Seções Judiciárias:

- 1.^a Comarca de Curitiba: 1.^a, 2.^a e 5.^a Varas Cíveis;
- 2.^a Comarca de Curitiba: 3.^a, 4.^a e 6.^a Varas Cíveis;
- 3.^a Comarca de Curitiba: 9.^a, 10.^a e 11.^a Varas Cíveis;
- 4.^a Comarca de Curitiba: 7.^a, 8.^a e 21.^a Varas Cíveis;
- 5.^a Comarca de Curitiba: 13.^a, 14.^a e 15.^a Varas Cíveis;
- 6.^a Comarca de Curitiba: 12.^a, 16.^a e 17.^a Varas Cíveis;
- 7.^a Comarca de Curitiba: 18.^a, 19.^a e 20.^a Varas Cíveis;
- 8.^a Comarca de Curitiba: Vara de Registros Públicos, Auditoria Militar e 1.^a Vara de Família;
- 9.^a Comarca de Curitiba: 2.^a, 3.^a e 4.^a Varas de Família;
- 10.^a Comarca de Curitiba: 1.^a, 2.^a e 3.^a Varas da Fazenda;
- 11.^a Comarca de Curitiba: 4.^a Vara da Fazenda; Vara de Menores e Vara de Precatórios Cíveis;
- 12.^a Comarca de Curitiba: Varas de Execuções Penais, Vara do Tribunal do Júri e Vara de Precatórios Criminais;
- 13.^a Comarca de Curitiba: 1.^a, 2.^a e 3.^a Varas de Delitos de Trânsito;
- 14.^a Comarca de Curitiba: 1.^a, 4.^a e 7.^a Varas Criminais e Juizado de Pequenas Causas;
- 15.^a Comarcas de Curitiba: 2.^a, 5.^a, 8.^a e 10.^a Varas Criminais;

- 16.^a Comarca de Curitiba: 3.^a, 6.^a, 9.^a e 11.^a Varas Criminais;
- 17.^a Comarca de Londrina: 1.^a, 3.^a, 5.^a, 7.^a e 9.^a Varas Cíveis;
- 18.^a Comarca de Londrina: 2.^a, 4.^a, 6.^a, 8.^a e 10.^a Varas Cíveis;
- 19.^a Comarca de Londrina: Varas Criminais, de 1.^a a 5.^a, Varas de Família e Anexos, 1.^a e 2.^a e Juizado de Pequenas Causas;
- 20.^a Comarca de Maringá: Varas Cíveis e 1.^a Vara de Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;
- 21.^a Comarca de Maringá: Varas Criminais e 2.^a Vara de Família e Menores;
- 22.^a Comarca de Ponta Grossa: Varas Cíveis e 1.^a Vara de Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;
- 23.^a Comarca de Ponta Grossa: Varas Criminais e 2.^a Vara de Família e Menores;
- 24.^a Comarca de Cascavel;
- 25.^a Comarcas de Campo Mourão e Mamborê;
- 26.^a Comarcas de Umuarama e Alto Piquiri;
- 27.^a Comarcas de Guarapuava, Palmital, Pinhão e Pitanga;
- 28.^a Comarcas de Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marilândia do Sul;
- 29.^a Comarcas de Cianorte, Engenheiro Beltrão e Peabiru;
- 30.^a Comarcas de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu;
- 31.^a Comarcas de Medianeira, Matelândia, Capitão Leônidas Marques e Catanduvas;
- 32.^a Comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Realeza e Salto do Lontra;
- 33.^a Comarcas de Paranaguá, Antonina, Morretes e Guaratuba;
- 34.^a Comarcas de Paranavaí, Alto Paraná, Paraíso do Norte e Terra Rica;
- 35.^a Comarcas de Pato Branco, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Vivida e Mangueirinha;
- 36.^a Comarcas de Arapongas, Astorga, Colorado e Centenário do Sul;
- 37.^a Comarcas de Campo Largo, Araucária e Palmeira;
- 38.^a Comarcas de Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Palotina, Ubiratã e Campina da Lagoa;
- 39.^a Comarcas de Cornélio Procopio, São Jerônimo da Serra, Uraí e Assaí;
- 40.^a Comarcas de Cruzeiro do Oeste, Cidade Gaúcha, Pérola e Xambrê;
- 41.^a Comarcas de Guaíra, Altônia, Iporã e Terra Roxa;
- 42.^a Comarcas de Ivaiporã, Barbosa Ferraz, Cândido de Abreu, Faxinal, Grandes Rios e São João do Ivaí;
- 43.^a Comarcas de Jacarezinho, Carlópolis e Ribeirão Claro;

- 44.^a Comarcas de Laranjeiras do Sul, Guaraniagu e Quedas do Iguaçu;
- 45.^a Comarcas de Rolândia, Cambé, Jaguapitã e Porecatu;
- 46.^a Comarcas de São José dos Pinhais e Piraguara;
- 47.^a Comarcas de Colombo, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul e Rio Branco do Sul;
- 48.^a Comarcas de Toledo, Corbélia, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena;
- 49.^a Comarcas de União da Vitória, Mallet, Palmas e Rebouças;
- 50.^a Comarcas de Bandeirantes, Andirá, Cambará e Santa Mariana;
- 51.^a Comarcas de Bela Vista do Paraíso, Ibiporã, Primeiro de Maio e Sertãoópolis;
- 52.^a Comarcas de Castro, Jaguariaíva e Piraí do Sul;
- 53.^a Comarcas de Irati, Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis e Teixeira Soares;
- 54.^a Comarcas da Lapa, Rio Negro, São João do Triunfo e São Mateus do Sul;
- 55.^a Comarcas de Loanda, Nova Londrina e Santa Izabel do Ivaí;
- 56.^a Comarcas de Nova Esperança, Mandaguçu, Marialva e Paranacity;
- 57.^a Comarcas de Santo Antonio da Platina, Joaquim Távora, Ribeirão do Pinhal, Congonhinhas e Nova Fátima;
- 58.^a Comarcas de Santo Antonio do Sudoeste, Barracão e Capanema;
- 59.^a Comarcas de Telêmaco Borba, Ortigueira, Reserva e Tibagi;
- 60.^a Comarcas de Wenceslau Braz, Arapoti, Sengés e Siqueira Campos;
- 61.^a Comarcas de Ibaiti, Tomazina e Curiuva".

O Art. 211 passa a vigorar com a seguinte redação:

- "Art. 211-.....
- 20 - Campo Mourão: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Farol, Piquiri-Ivaí e Lusiana (Município de Campo Mourão); Janiópolis e Arapuan (Município de Janiópolis); Iretama e Roncador (Municípios do mesmo nome);
- 24 - Cascavel: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Santa Teresa (Município de Cascavel);
- 26 - Coronel Vivida: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Vista Alegre (Município de Coronel Vivida);
- 34- Corbélia: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Anahy (Município de Corbélia) e Braganey e Cafelândia (Municípios do mesmo nome);
- 43- Formosa do Oeste: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Iracema (Município de Formosa do Oeste); Nova Aurora e Palmitópolis (Município de Nova Aurora) e Jesuítas (Município do mesmo nome);
- 53- Imbituva: compreendendo a sede e

os Distritos Judiciários de Guaraniaçu e Apiabá (Município de Imbituva) e Ivaí e Bom Jardim do Sul (Município de Ivaí);

54- Ipiranga: compreendendo o Distrito da sede;

60- Jaguariaíva: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Eduardo Xavier da Silva (Município de Jaguariaíva);

74- Matelândia: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Céu Azul e Vera Cruz do Oeste (Município de Céu Azul);

82- Palmital: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Laranjal (Município de Palmital);

114- São José dos Pinhais: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cachoeira de São José, Campo Largo da Roseira e Colônia Murici (Município de São José dos Pinhais); Mandirituba e Areia Branca dos Assis (Município de Mandirituba); Tijucas do Sul e Agudos do Sul (Municípios do mesmo nome);

121- Telêmaco Borba: compreendendo o Distrito da sede;

123- Terra Roxa: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Santa Rita do Oeste (Município de Terra Roxa);

127- Ubatuba: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Yolanda (Município de Ubatuba) e Juranda (Município do mesmo nome);

128- Umuarama: compreendendo a sede os Distritos Judiciários de Ivaté, Santa Elisa, Serra dos Dourados, Lovat, Perobal e Vila Alta (Município de Umuarama); Maria Helena, Douradina, Herculanópolis e Carbonera (Município de Maria Helena); Icaraíma, Porto Camargo e Vila Rica do Ivaí (Município de Icaraíma);

137- Guaratuba: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pedra Branca de Araraquara (Município de Guaratuba) e Matinhos (Município do mesmo nome);

138- Arapoti: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Calógeras e Caratuba (Município de Arapoti);

139- Capitão Leônidas Marques: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Lúcia (Município de Capitão Leônidas Marques) e Boa Vista da Aparecida (Município do mesmo nome);

140- Catanduvas: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ibema (Município de Catanduvas) e Três Barras do Paraná (Município do mesmo nome);

141- Ortigueira: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Barreira, Lageado Benito, Monjolinho e Natingui (Município de Ortigueira);

142- Mangueirinha: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Covô e Honório Serpa (Município de Mangueirinha);

143- Campina da Lagoa: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bela

Vista do Piquiri e Herveira (município de Campina da Lagoa); Nova Cantu; Geremias Lunardelli e Santo Rei (Município de Nova Cantu) e Altamira do Paraná (Município do mesmo nome).

144- Mamborê: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Boa Esperança (Município do mesmo nome).

O artigo 212, § 2º, letra "a", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 212 -
§ 1º -
§ 2º -
a) vara cível;
b)
§ 3º -"

O artigo 219, incisos IV, VIII, X, XI e XIII, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 219.....
I -
II-
III-
IV-
V-
VI-
VII-
VIII- Três (3) Varas de Delitos de Trânsito;

IX- Duas (2) Varas de Execuções Penais;

X- Uma (1) Vara de Precatórias Cíveis;

XI- Uma (1) Vara de Precatórias Criminais;

XII- Uma (1) Vara de Auditoria da Justiça Militar".

O artigo 228, acrescido do parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 228 - Aos Juizes das Varas de Execuções Penais, 1ª e 2ª, com jurisdição em todo o Estado, compete, por distribuição, exercer as atribuições previstas no Livro IV, do Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal, salvo as que forem privativas de outras autoridades, competindo exclusivamente ao Juiz da 1ª Vara a Corregedoria dos Presídios".

Parágrafo único - Os Juizes Titulares das Varas de Execuções Penais serão indicados ao critério do Órgão Especial".

O Artigo 235, inciso I, letras "a", "b", "e", "h" e "i", e inciso II, letras "b", "d", "e" e "f", passa a vigorar com a seguinte redação, ficando criados os cargos e ofícios inexistentes:

"Art.235 -
I-
a) trinta e uma (31) Escrivanias do Cível, inclusive as especializadas;
b) dezenove (19) Escrivanias do Crime, inclusive as especializadas;
c)
d)"

e) quatro (4) Ofícios de Distribuidor, Contador e Partidor, com as atribuições seguintes:

1º Ofício- Distribuidor, Contador e Partidor na matéria de competência das Varas de Família; Varas da Fazenda Pública. Varas de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho: Varas Criminais, de 1º a 18º Tabelionatos de Notas, de 8º a 12º.

2º Ofício- Distribuidor na matéria de competência das Varas Cíveis, de 1ª a 21ª Varas de Precatórias; Tabelionatos de Notas, de 1ª a 7ª. Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas;

3º Ofício-
4º Ofício- Contador e Partidor, na matéria de competência das Varas Cíveis, de 1ª a 21ª Varas de Precatórias;

f)-
g)-
h)- cento e doze (112) Oficiais de Justiça;

i)- trinta e oito (38) Auxiliares de Cartório;

j)-
l)-
II) -
a)-
b) onze (11) Ofícios de Registro de Imóveis, denominados ordinalmente;

c)
d) cinco (5) Ofícios de Protesto de Títulos, denominados ordinalmente;

e) quatro (4) Ofícios de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, denominados ordinalmente, no Distrito da sede, compreendendo, obrigatoriamente, as delimitações territoriais previstas em lei;

f) quatorze (14) Escrivanias Distritais nos Distritos Judiciários compreendidos no Município de Curitiba, com as delimitações territoriais previstas em lei".

O artigo 237, incisos I, II e VIII, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 237 -
I- Londrina: dezesete (17) Juizes de Direito;

II- Maringá: dez (10) Juizes de Direito;

III-
IV-
V-
VI-
VII-
VIII- Arapongas, Araucária, Assis Chateaubriand, Cambé, Campo Largo, Capanema, Castro, Colombo, Cornélio Procopio, Cruzeiro do Oeste, Goioerê, Ibioporã, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Piraquara, Pitanga, Rio Branco do Sul, Rolândia, Toledo e União da Vitória: dois (02) Juizes de Direito;

IX-".

O artigo 247, parágrafo único, inciso II, letras "a", "b", "c", "d", acrescido da letra "e", passa a vigorar com a seguinte redação, ficando criados os cargos e ofícios inexistentes:

"Art. 247 -

I-.....

II-.....

III-.....

Parágrafo Único-.....

I-.....

a)-.....

b)-.....

c)-.....

d)-.....

e)-.....

f)-.....

g)-.....

II) -

a)- dois (2) Tabelionatos de Notas, denominados ordinalmente;

b) dois (2) Ofícios de Registros de Imóveis, denominados ordinalmente;

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;

d) um (1) Ofício de Protesto de Títulos;

e) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas".

O artigo 249 passa a vigorar com a seguinte redação, ficando criados os cargos e ofícios ainda inexistentes:

"Art. 249 - Nas Comarcas de Campo Largo, Castro, Piraquara e Rio Branco do Sul, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I- uma (1) Vara Cível;

II- uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

Parágrafo Único - Haverá nas Comarcas de Campo Largo, Castro, Piraquara e Rio Branco do Sul, com atribuições definidas:

I- NO FORO JUDICIAL:

a) uma (1) Escrivania Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal;

f) um (1) Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas; e

g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II- NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) um (1) Tabelionato de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto

de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas".

O artigo 254 passa a vigorar com a seguinte redação, ficando criados os cargos e ofícios ainda inexistentes:

"Art. 254-

I - dez (10) Varas Cíveis, denominadas ordinalmente, por distribuição;

II- cinco (5) Varas Criminais, denominadas ordinalmente, por distribuição, salvo a primeira que será privativa do Tribunal do Juri, cumulativamente com o Juizado de Pequenas Causas;

III- duas (2) Varas de Família, com igual competência, por distribuição, competindo à primeira, também, a matéria referente a Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, e à segunda, a matéria relativa a Menores.

Parágrafo Único- Haverá na Comarca de Londrina, com atribuições definidas:

I- NO FORO JUDICIAL:

a) dez (10) Escrivanhas do Cível;

b) cinco (5) Escrivanhas Criminais;

c) uma (1) Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

d) uma (1) Escrivania de Família e Menores;

e) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público;

f) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

g) dez (10) auxiliares de Cartório das Varas Criminais;

h) um (1) auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas;

i) um (1) Auxiliar de Cartório da Diretoria do Fórum;

j) dois (2) Comissários de vigilância de Menores;

l) três (3) Assistentes Sociais, um para cada Vara de Família e um para a de Menores;

m) dois (2) Ofícios de Avaliador Judicial.

II- NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) cinco (5) Tabelionatos de Notas, denominados ordinalmente;

b) quatro (4) Ofícios de Registro de Imóveis, denominados ordinalmente;

c) dois (02) Ofícios de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, denominados ordinalmente;

d) três (3) Ofícios de Protesto de Títulos, denominados ordinalmente;

e) dois (2) Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, denominados ordinalmente".

O artigo 255, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando criados os cargos e ofícios inexistentes:

"Art. 255 - Na Comarca de Maringá, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I- quatro (4) Varas Cíveis, denominadas ordinalmente por distribuição;

II- quatro (4) Varas Criminais, denominadas ordinalmente, por distribuição, cabendo à primeira a organização e presidência do Tribunal do Júri;

III- duas (2) Varas de Família, com igual competência por distribuição, competindo à primeira, também, a matéria referente a Registros Públicos, Acidentes do Trabalho, Corregedoria do Foro Extrajudicial e Juizado Especial de Pequenas Causas; e à segunda, a matéria relativa a Menores.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Maringá, com atribuições definidas:

I. NO FORO JUDICIAL:

a) quatro (04) Escrivanias do Cível;

b) quatro (04) Escrivanias Criminais;

c) uma (1) Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho, Corregedoria do Foro Extrajudicial e Juizado Especial de Pequenas Causas;

d) uma (01) Escrivania de Família e Menores;

e) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público;

f) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

g) oito (8) Auxiliares de Cartório das Varas Criminais;

h) um (1) Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas;

i) dois (2) Comissários de Vigilância de Menores;

j) três (3) Assistentes Sociais, um para cada Vara de Família e um para a Vara de Menores;

l) dois (2) Ofícios de Avaliador Judicial.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) quatro (04) Tabelionatos de Notas, denominados ordinalmente;

b) três (03) Ofícios de Registro de Imóveis, denominados ordinalmente;

c) dois (02) Ofícios de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, denominados ordinalmente;

d) um (01) Ofício de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas;

e) dois (02) Ofícios de Protesto de Títulos, denominados ordinalmente."

O artigo 270, inciso II, letras "a", "b" "c", suprimida a sua letra "d", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 270 -

I -

a)

b)

c)

d)

II -

a) um (01) Tabelionato de Notas, acumulando precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis;

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas."

Art. 2º - Ficam criadas, na entrância inicial, as seguintes Comarcas:

I. Arapoti, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Calógeras e Caratua (Município de Arapoti);

II. Capitão Leônidas Marques, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Lúcia (Município de Capitão Leônidas Marques) e Boa Vista da Aparecida (Município do mesmo nome);

III. Catanduvas, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ibema (Município de Catanduvas) e Três Barras do Paraná (Município do mesmo nome),

IV. Ortigueira, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Barreira, Lageado Bonito, Monjolinho e Natingui (Município de Ortigueira);

V. Magueirinha, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bela Vista do Piquiri e Herveira (Município de Campina da Lagoa); Nova Cantu, Geremias Lunardieli e Santo Rei (Município de Nova Cantu) e Altamira do Paraná (Município do mesmo nome).

VII. Mamborê, compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Boa Esperança (Município do mesmo nome).

Art. 3º - Ficam extintas as Escrivanias Distritais de Arapoti, Campina da Lagoa, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Mamborê, Manguieirinha e Ortigueira, a partir da instalação das respectivas Comarcas.

Parágrafo único. Aos titulares das es-
crivanias de que trata este artigo, fica assegurado o direito de opção pelo respectivo Tabelionato de Notas ou Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e

Óbitos, a ser manifestada no prazo de vinte (20) dias, contados no edital de chamamento para a instalação da Comarca.

Art. 4º - Ficam transferidos de Comarca os seguintes Distritos Judiciários:

I. Santa Lúcia (Município de Capitão Leônidas Marques) e Boa Vista da Aparecida (Município do mesmo nome) da Comarca de Cascavel para a de Capitão Leônidas Marques;

II. Ibema (Município de Catanduvas e Três Barras do Paraná (Município do mesmo nome) da Comarca de Cascavel para a Comarca de Catanduvas;

III. Calógeras e Caratua (Município de Arapoti) da Comarca de Jaguariaíva para a Comarca de Arapoti;

IV. Barreira, Lageado Bonito, Monjolinho e Natingui (Município de Ortigueira) da Comarca de Telêmaco Borba para a Comarca de Ortigueira;

V. Cevô e Honório Serpa (Município de Manguaerinha) da Comarca de Coronel Vivida para a Comarca de Manguaerinha;

VI. Bela Vista do Piquiri e Herveira (Município de Campina da Lagoa); Nova Cantu, Geremias Lunardéli e Santo Rei (Município de Nova Cantu) da Comarca de Ubatã e Altamira do Paraná (Município do mesmo nome) da Comarca de Palmital, para a Comarca de Campina da Lagoa;

VII. Juranda (Município do mesmo nome) da Comarca de Campo Mourão para a Comarca de Ubatã;

VIII. Ivaí e Bom Jardim do Sul (Município de Ivaí) da Comarca de Ipiranga para a Comarca de Ibituva;

IX. Boa Esperança (Município do mesmo nome) da Comarca de Campo Mourão para a Comarca de Mamborê.

Art. 5º - Ficam criados sete (07) cargos de Juiz de Direito de entrância inicial, respectivamente para as Comarcas de Arapoti, Campina da Lagoa, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Mamborê, Manguaerinha e Ortigueira; sete (07) cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária, sendo um (01) para a Comarca de Campo Largo, um (01) para a Comarca de Castro, um (01) para a Comarca de Piraquara, dois (02) para a Comarca de Rio Branco do Sul e (01) cargo de Juiz de Direito de entrância final para a Comarca de Curitiba.

Art. 6º - Haverá nas Comarcas de Arapoti, Campina da Lagoa, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Mamborê, Manguaerinha e Ortigueira, atribuições definidas, cujos cargos e ofícios ficam criados:

I. NO FORO JUDICIAL:

- a) uma (01) Escrivania do Cível;
- b) uma (01) Escrivania Criminal e do

Juizado Especial de Pequenas Causas;

c) um (01) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (02) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de direito do Fórum, exercerá, por um (01) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

e) um (01) Auxiliar de Cartório Criminal.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) um (01) Tabelionato de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (01) Ofício de Registro de Imóveis;

c) um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 7º - Ficam extintos um (01) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária da Comarca de Guaíra; um (01) cargo de Juiz de Direito de entrância inicial da Comarca de Ibaiti; um (01) cargo de Juiz de Direito de entrância inicial da comarca de Piraquara; um (01) cargo de Juiz de Direito de entrância inicial da Comarca de Rio Branco do Sul; um (01) cargo de Juiz de Direito Substituto da Comarca de Londrina; um (01) cargo de Juiz de Direito Substituto da Comarca de Cascavel, três (03) cargos de Juiz de Direito Substituto da Comarca de Curitiba e um (01) cargo de Juiz Substituto.

Art. 8º - Ficam elevadas à entrância intermediária as Comarcas de Ibaiti, Piraquara e Rio Branco do Sul.

Art. 9º - Na Comarca de Goioerê, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I. uma (01) Vara Cível;

II. uma (01) Vara Criminal, Menores, Família e Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

Parágrafo único. Haverá, na Comarca de Goioerê, com atribuições definidas, ficando criados os ofícios ainda inexistentes:

I. NO FORO JUDICIAL:

a) uma (01) Escrivania do Cível;

b) uma (01) Escrivania Criminal;

c) um (01) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (02) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de direito do Fórum, exercerá, por um (01) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obede-

cendo-se a rigoroso rodízio;

e) um (01) Auxiliar de Cartório Criminal.

II. NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) um (01) Tabelionato de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Pro-testo de Títulos;

b) um (02) Ofícios de Registro de Imóveis, denominados ordinalmente; e

c) um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 10. Fica extinto o 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu, devendo sua atual área territorial ser anexada ao 1º Ofício.

Art. 11. Os titulares de Ofícios de Registro de Imóveis, cuja delimitação territorial for alterada por esta Lei, terão direito de opção pelo Ofício desmembrado, a ser manifestada no prazo de vinte (20) dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 12. Ficam criados os Distritos Judiciários de Vila Alta (Município de Umuarama) e Carbonera (Município de Maria Helena) na Comarca de Umuarama; Santa Rita do Oeste (Município de Terra Roxa) na Comarca de Terra Roxa e Anahy (Município de Corbélia) na Comarca de Corbélia.

Art. 13. As áreas territoriais dos Ofícios de Registros de Imóveis das Comarcas de Curitiba, Foz do Iguaçu, Goioerê e Londrina são delimitadas conforme o anexo a esta Lei.

Parágrafo único. As áreas territoriais dos Ofícios de Registros de Imóveis das Comarcas de Guarapuava e São José dos Pinhais serão delimitadas conforme o referido anexo.

Art. 14. Fica criado um (01) cargo em comissão, símbolo DAS-5, de Secretário de Desembargador.

Art. 15. Fica revogado o art. 27, da Lei Estadual n. 8.280, de 24 de janeiro de 1986.

Art. 16. O Tribunal de Justiça procederá, através de Resolução, a redação final do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com a consolidação da presente lei e das demais que o modificarem parcialmente, dando-lhe novo ordenamento.

Art.17. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA CARNEIRO
Presidente

ANEXO

Delimitação Territorial das Circunscrições Imobiliárias da Comarca de Curitiba:

1º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 1º Ofício de Registro de Imóveis inicia no cruzamento da Rua XV de Novembro com a Avenida Marechal Floriano Peixoto, seguindo por aquela até a Alameda Doutor Muricy, por esta, rumo Norte, até a Rua Cândido Lopes; por esta até a Rua Carlos de Carvalho; por esta até a Rua Visconde de Nacar, por esta até a Alameda Augusto Stellfeld; por esta, passando pela Praça Alfredo Andersen, em sentido Sul, prosseguindo ainda pela Alameda Augusto Stellfeld até encontrar a Rua Martin Pena, seguindo por esta até a Rua João Caetano; por esta até a Rua José Domakoski, por esta até encontrar a Travessa Doutor Lourival S. Torres, por esta até a Rua Jerônimo Durski; por esta até encontrar a Rua General Mário Tourinho e por esta até encontrar o Rio Barigui, prosseguindo por este, cortando o Parque Barigui e seguindo pelo mesmo rio, rumo Norte, até encontrar a Rua Domingos Antônio Moro, seguindo por esta até a Rua Bruno João da Silva; por esta até encontrar a Rua Guy de Maupassant, por esta até encontrar a Rua Amauri Lange Silvério; por esta até encontrar a Avenida Desembargador Hugo Simas; por esta até encontrar a Rua Cláudio Manoel da Costa; por esta até encontrar a Rua Nilo Peçanha; por esta, rumo Sul, até encontrar a Praça Souto Maior; deste ponto até a Rua Trajano Reis, por esta seguindo até encontrar a Rua do Rosário e por esta até a Praça Tiradentes, contornando-a pelo lado Oeste e prosseguindo pela Avenida Marechal Floriano Peixoto, descendo até encontrar o ponto de partida, no cruzamento desta com a Rua XV de Novembro.

2º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 2º Ofício de Registro de Imóveis inicia no cruzamento da Praça Tiradentes com a Rua Cruz Machado, contorna a Praça Tiradentes pela face Norte até encontrar a Rua Barão do Cerro Azul; seguindo por esta até encontrar a Praça Dezenove de Dezembro, contornando-a pela face Norte, até encontrar a Avenida João Gualberto, por esta até encontrar a Rua Augusto Severo; por esta até encontrar a Rua Augusto Stresser, por esta até encontrar a Rua Fagundes Varela; por esta até encontrar a Estrada BR-116 (Curitiba-São Paulo), seguindo rumo a Paulo até encontrar o Rio Atuba, por este, rumo Norte, contornando o município de Curitiba pela divisa intermunicipal, até encontrar a estrada nova para o município de Colombo; deste ponto rumo Sul até encontrar a Avenida Paraná, e por esta até encontrar o Rio Bacacheri, seguindo por este, rumo Oeste, até encontrar a Rua Nos-

sa Senhora de Nazaré, por esta até encontrar a Rua Benvenuto Gusso, por esta, rumo Leste, até encontrar a Rua José Merhy, por esta, rumo sul, até encontrar a Rua Estados Unidos; por esta até encontrar a Rua Coronel Amazonas Marcondes, por esta até encontrar a Avenida Anita Garibaldi; por esta até encontrar a Rua Eça de Queiroz, por esta até encontrar a Rua Brasilino Moura; por esta até encontrar a Rua Doutor Carlos Augusto Cornelsen, por esta até encontrar a Rua Nilo Peçanha; por esta, rumo Sul, até encontrar a Praça Souto Maior, deste ponto até a Rua Trajano Reis, e por esta até encontrar a Rua do Rosário e por esta, até o ponto de partida, ao encontrar a Rua Cruz Machado com a Praça Tiradentes.

3.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do

3.º Ofício de Registro de Imóveis inicia no cruzamento da Rua XV de Novembro com a Avenida Marechal Floriano Peixoto, seguindo por esta até encontrar a Praça Tiradentes, contornando-a pelo lado Norte, até encontrar a Rua Barão do Cerro Azul; por esta até encontrar a Praça Dezenove de Dezembro, contornando-a pela face Norte, até encontrar a Avenida João Gualberto, por esta até encontrar a Rua Augusto Severo; por esta até encontrar a Rua Augusto Stresser, por esta, rumo Leste, até encontrar a Rua Fagundes Varela; por esta até encontrar a Estrada BR-116, por esta, rumo Sul, até encontrar a Avenida Edgard Stelfeld, e por esta rumo Leste, até encontrar a Rua Konrad Adenauer, e por esta até encontrar a Rua Professora Olga Balster, por esta até encontrar a Avenida Presidente Affonso Camargo e por esta até encontrar a Rua Francisco Torres; por esta até encontrar a Rua XV de Novembro, e por esta até o ponto de partida no cruzamento com a Avenida Marechal Floriano Peixoto.

4.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do

4.º Ofício de Registro de Imóveis inicia no cruzamento da Rua XV de Novembro com a Avenida Marechal Floriano Peixoto, seguindo por esta, rumo Sul, até encontrar a Rua Marechal Deodoro; por esta até encontrar a Rua Monsenhor Celso, por esta até encontrar a Rua José Loureiro; por esta até encontrar a Rua Barão do Rio Branco, por esta até encontrar a Avenida Sete de Setembro; por esta, rumo Leste, até encontrar a Rua João Negrão, por esta, rumo Sul, até encontrar a Rua Baltazar Carrasco dos Reis; por esta até encontrar a Rua Doutor Reynaldo Machado; por esta até encontrar o prolongamento da Rua Chile; por esta, rumo Leste, até encontrar a Avenida Comendador Franco; por esta, rumo Sul, até encontrar a Estrada BR-116, e por esta até encontrar a Avenida Senador Salgado Filho, e por esta até o Rio Belém (novo); prosseguindo

por este, rumo Sul, até encontrar o Rio Iguaçu na divisa intermunicipal, prosseguindo por este, rumo norte, até a confluência com o Rio Atuba, também na divisa intermunicipal, prosseguindo por este, rumo Norte, até encontrar a Avenida Presidente Affonso Camargo; seguindo por esta até encontrar a Rua Francisco Torres, e por esta até encontrar a Rua XV de Novembro, e por esta até o ponto de partida no cruzamento com a Avenida Marechal Floriano Peixoto.

5.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do

5.º Ofício de Registro de Imóveis inicia no cruzamento da Alameda Doutor Muricy com a Rua Marechal Deodoro, e com a Praça Zacarias, seguindo pela face Sul desta Praça até encontrar a Rua Emiliano Pernetá, e por esta até encontrar o Largo Alfredo Parodi, o qual cruza até a Rua Vinte e Quatro de Maio e por esta segue até encontrar a Avenida Visconde de Guarapuava, e por esta, rumo Oeste, até encontrar a Rua Desembargador Motta, e por esta, até encontrar a Avenida Presidente Getúlio Vargas, e por esta, até encontrar a Rua Bento Viana, e por esta até encontrar a Rua Professor Assis Gonçalves, e por esta, rumo Sul, até encontrar a Avenida dos Estados, e por esta até encontrar a Rua Paranaguá, e por esta, rumo Sul, até encontrar a Avenida Presidente Kennedy, e por esta, até encontrar a Rua Eduardo Carlos Pereira, prosseguindo por esta após pela Avenida Brasília, até encontrar a Estrada BR-116, seguindo por esta, rumo Norte, até encontrar a Avenida Marechal Floriano Peixoto, seguindo por esta até a Rua João Viana Seiler, e por esta até a Rua Lamenha Lins, e por esta, rumo Norte, até a Rua Baltazar Carrasco dos Reis, e por esta, até a Rua Desembargador Westphalen, e por esta, até a Avenida Visconde de Guarapuava, e por esta, até a Alameda Doutor Muricy, seguindo por esta até o ponto de partida, no cruzamento com a Rua Marechal Deodoro e com a Praça Zacarias.

6.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do

6.º Ofício de Registro de Imóveis inicia no cruzamento da Rua XV de Novembro com a Avenida Marechal Floriano Peixoto, segue por aquela até a Alameda Doutor Muricy, seguindo-a em sentido Norte até a Rua Cândido Lopes, por esta até a Rua Carlos de Carvalho, por esta até a Rua Visconde de Nacar, por esta até a Alameda Augusto Stelfeld, por esta passando pela Praça Alfredo Andersen, em sentido Sul, prosseguindo ainda, pela Alameda Augusto Stelfeld, até encontrar a Rua Martin Pena, por esta, até a Rua João Caetano, por esta até a Rua José Domakoski, por esta,

até encontrar Travessa Doutor Lourival S. Torres, por esta, até a Rua Jerônimo Durski, por esta, até a Rua General Mário Tourinho, seguindo por esta, até encontrar o Rio Barigui, retificado, prosseguindo por este, rumo Sul, até encontrar a Rua Carlos Klemtz, prosseguindo por esta, rumo Leste e, após pela Rua João Bettega, até encontrar o prolongamento da Rua João Borsato, e por seu prolongamento, rumo Norte, até encontrar a Rua Engenheiro Heitor S.Gomes, e por esta, até a Rua Cel. Airton Plaisant, e por esta, até encontrar a Rua Francisco Klemtz, e por esta, rumo Leste, até a Rua Tabajaras, e por esta, rumo Norte, até a Avenida Água Verde, e por esta, até encontrar a Rua Bento Viana, e por esta, até encontrar a Avenida Presidente Getúlio Vargas, e por esta, até encontrar a Rua Desembargador Motta, e por esta até encontrar a Avenida Visconde de Guarapuava, e por esta, até encontrar a Rua Vinte e Quatro de Maio, e por esta, rumo Norte, até encontrar o Largo Alfredo Parodi, o qual cruza a Rua Emiliano Perneta, prosseguindo por esta, até a Praça Zacarias, e contornando-a pelo lado Sul, prossegue pela Rua Marechal Deodoro, até encontrar a Avenida Marechal Floriano Peixoto, e por esta, até encontrar o ponto de partida, no cruzamento com a Rua XV de Novembro.

7.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 7.º Ofício de Registro de Imóveis inicia no cruzamento da Rua Marechal Deodoro com a Alameda Doutor Muricy, seguindo por esta, até a Avenida Visconde de Guarapuava, por esta, até a Rua Desembargador Westphalen, por esta, até encontrar a Rua Baltazar Carrasco dos Reis, por esta, rumo Oeste, até encontrar a Rua Lamenha Lins, por esta, rumo Sul, até encontrar a Rua João Viana Seiler, por esta, até encontrar a Avenida Marechal Floriano Peixoto, por esta, até encontrar a Estrada BR-116, por esta, rumo Sul, até o cruzamento com a Rua Francisco Derosso, por esta, até encontrar a Rua Waldemar Loureiro Campos, por esta, rumo Leste, até encontrar a Rua Paulo Setúbal, por esta, rumo Norte, até encontrar a Rua Vereador Antônio Carnasciali, por esta, até encontrar a Praça Doutor Joaquim Menelau de Almeida Torres, prosseguindo à direita do lado Sul desta até encontrar a Avenida Marechal Floriano Peixoto, seguindo por esta, rumo Norte, até encontrar a Rua Major Fabriciano do Rego Barros, prosseguindo por esta até encontrar o Rio Bélem (novo) e por este até a Avenida Senador Salgado Filho, e por esta até a Estrada BR-116, e por esta, até encontrar a Avenida Comendador Franco, e por esta, rumo Norte, até encontrar o prolongamento da Rua Chile, e por esta, até encontrar a Rua Doutor Reynaldo Machado, e por esta, até

encontrar a Rua Baltazar Carrasco dos Reis, e por esta, até encontrar a Rua João Negrão, e por esta, até encontrar a Avenida Sete de Setembro, e por esta até encontrar a Rua Barão do Rio Branco, e por esta até encontrar a Rua José Loureiro, e por esta, até encontrar a Rua Monsenhor Celso, e por esta, até encontrar a Rua Marechal Deodoro, e por esta, até o ponto de partida no cruzamento com a Alameda Doutor Muricy.

8.º OFÍCIO: A Circunscrição territorial do 8.º Ofício de Registro de Imóveis compreende duas áreas distintas, assim delimitadas: a primeira, inicia no cruzamento da Rua Francisco Derosso com a Estrada BR-116, seguindo por aquela rumo Leste, até encontrar a Rua Waldemar Loureiro de Campos, por esta, rumo Leste, até encontrar a Rua Paulo Setúbal, por esta, rumo Sul, até encontrar o seu prolongamento, e por este até a intersecção com a estrada férrea, no Pátio Iguaçu, deste ponto, segue pela estrada velha para o município de São José dos Pinhais (cujo prolongamento é a rua João Ernesto Kulian, em São José dos Pinhais), até encontrar o Rio Iguaçu; deste ponto, contornando o município de Curitiba, por sua divisa rumo Sul que é o próprio Rio Iguaçu, até encontrar o Ribeirão dos Padilhas retificado, seguindo por este, rumo Norte, até encontrar a Rua Eduardo Pinto da Rocha, e por esta, rumo Oeste, até encontrar a Estrada do Ganchinho, e por esta, até encontrar a Rua Nicola Pelanda; por esta, rumo Sul, até encontrar a Rua Bortolo Pelanda, e por esta e seu prolongamento, até encontrar o Arroio da Prensa, seguindo por este, rumo Sul, até o cruzamento com a divisa Sul do município de Curitiba, e por esta, rumo Oeste, até encontrar o Rio Barigui retificado, seguindo por este, rumo Norte, até encontrar a Estrada de Ferro Curitiba-Ponta Grossa, e por esta, até encontrar a Rua Senador Accioly Filho, e por esta, rumo Leste, até encontrar a Rua Pedro Gusso, e por esta, até o Largo do Capão Raso, contornando-o pela lado Sul e prosseguindo pela Rua Pedro Américo, segue por esta até a Avenida Brasília, e por esta até o ponto de partida no cruzamento da Estrada BR-116 com a Rua Francisco Derosso. A segunda área inicia no cruzamento do Rio Barigui com o prolongamento da Avenida Cândido Hartmann, segue por esta, rumo Oeste, até encontrar a Rua Antônio Escorsin, seguindo por esta até encontrar a Rua Pedro Correia da Cruz, e por esta até encontrar a Rua Canindé, por esta até encontrar a Rua da Pedreira, e por esta até encontrar o Rio Passaúma seguindo por este, rumo Sul, e pela divisa intermunicipal com o município de Araucária até encontrar o Rio Barigui retificado.

do, e seguindo por este, rumo Norte, até o seu leito natural, onde corta o Parque Barigui, prosseguindo pelo mesmo rio, até o ponto de partida, no cruzamento com a Avenida Cândido Hartmann.

9.º OFÍCIO - A Circunscrição territorial do 9.º Ofício de Registro de Imóveis compreende três áreas distintas, assim delimitadas: a primeira área inicia no cruzamento do Rio Barigui com o prolongamento da Avenida Cândido Hartmann, seguindo por esta até encontrar a Rua Antônio Escorsin, por esta, até encontrar a Rua Pedro Correia da Cruz, por esta até encontrar a Rua Canindê, por esta até encontrar a Rua da Pedreira, e por esta, até encontrar o Rio Passaúna; e por este, rumo Norte, seguindo a divisa intermunicipal, até encontrar a estrada para o Juruqui, e por esta, até encontrar o Rio Barigui, seguindo por este, rumo Sul, até o ponto de partida, no cruzamento com o prolongamento da Avenida Cândido Hartmann. A segunda área inicia no cruzamento da Rua Coronel Amazonas Marcondes, com a Avenida Anita Garibaldi, seguindo por esta, rumo Norte, até a divisa intermunicipal, contornando-a, rumo Leste, passando pelo Arroio Cachoeira até encontrar o Rio Atuba; seguindo por este até encontrar a estrada nova para o município de Colombo, e por esta, rumo Sul, até encontrar a Avenida Paraná, e por esta, até encontrar o Rio Bacacheri, seguindo por este, rumo Oeste, até encontrar a Rua Nossa Senhora de Nazaré, e por esta, rumo Sul, até encontrar a Rua Benvenuto Gusso; e por esta, rumo Leste, até encontrar a Rua José Merhy, e por esta, rumo Sul, até encontrar a Rua Estados Unidos; e por esta, até encontrar a Rua Carlos de Campos, e por esta, até encontrar a Rua Coronel Amazonas Marcondes, e por esta, até encontrar o ponto de partida, no cruzamento com a Avenida Anita Garibaldi. A terceira área inicia no cruzamento da Estrada BR-116 com a Avenida Edgard Stellfeld, seguindo por aquela rumo a São Paulo, até encontrar o Rio Atuba retificado; seguindo por este, rumo Sul, até encontrar a Rua Antônio Cândido Cavalin; seguindo por esta, rumo Oeste, até encontrar a Rua Pedro Eloy de Souza; e por esta, rumo Norte, até encontrar a Rua Percy Feliciano de Castilho; e por esta, até encontrar a Rua Domingos Fernandes Maia, e por esta, até encontrar a Avenida Edgard Stellfeld, e por esta, até encontrar o ponto de partida no cruzamento com a Estrada BR-116.

10.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 10.º Ofício de Registro de Imóveis compreende 04 (quatro) áreas distintas, assim delimitadas: a primeira área inicia no cruzamento da Avenida Presidente Kennedy

com a Rua Paranaguá, seguindo por esta até encontrar a Avenida dos Estados e seguindo por esta, até encontrar a Rua Professor Assis Gonçalves, e seguindo por esta, até encontrar a Avenida Água Verde e seguindo por esta, até encontrar a Rua Tabajaras, e seguindo por esta, até encontrar a Rua Francisco Klemtz, e seguindo por esta até encontrar a Rua Coronel Airton Playsant, e seguindo por esta, até encontrar a Rua Engenheiro Heitor S. Gomes, e seguindo por esta até o prolongamento da Rua João Borsato, e seguindo por este, até encontrar a Rua João Bettega; seguindo por esta, até encontrar a Rua Carlos Klemtz, e por esta, até encontrar o Rio Barigui retificado, e por este, rumo Sul, até encontrar a Estrada de Ferro Curitiba-Ponta Grossa, seguindo por esta, rumo Norte, até encontrar a Rua Senador Accioly Filho, seguindo por esta, rumo Leste, até encontrar a Rua Pedro Gusso, e por esta, até o Largo do Capão Raso, contornando-o pelo lado sul e prosseguindo pela Rua Pedro Américo, e por esta, até a Avenida Brasília, e por esta, rumo Norte, até encontrar a Rua Eduardo Carlos Pereira, e por esta, até encontrar a Avenida Presidente Kennedy, e por esta, até encontrar o ponto de partida, no cruzamento com a Rua Paranaguá. A segunda área inicia no cruzamento da Rua Professora Olga Balster com a Avenida Presidente Affonso Camargo, seguindo por aquela até a Rua Konrad Adenauer, e por esta, até encontrar a Avenida Edgard Stellfeld, e por esta, rumo Leste, até encontrar a Rua Domingos Fernandes Maia, e por esta até encontrar a Rua Percy Feliciano de Castilho, e por esta até encontrar a Rua Pedro Eloy de Souza, e por esta, até encontrar a Rua Antônio Cândido Cavalin, e por esta até encontrar o Rio Atuba, seguindo por este, rumo Sul, contornando o município de Curitiba, até a Avenida Presidente Affonso Camargo, prosseguindo por esta, rumo Oeste, até encontrar o ponto de partida no cruzamento com a Rua Professora Olga Balster. A terceira área inicia no cruzamento da Avenida Marechal Floriano Peixoto com a Rua Major Fabriciano do Rego Barros, seguindo por esta, rumo Leste, até encontrar o Rio Belém (novo), seguindo por este, rumo Sul, até encontrar o Rio Iguaçu, na divisa intermunicipal, e por este, rumo Sul, até encontrar a estrada velha para o município de São José dos Pinhais (cujo prolongamento é a Rua João Ernesto Kulian), em São José dos Pinhais, e por esta, rumo Oeste, até intersecção com a estrada férrea no Pátio Iguaçu; e deste ponto, seguindo pelo prolongamento da Rua Paulo Setúbal, até esta mesma rua, prosseguindo por ela até encontrar a Rua Vereador Antônio Carnasciali, seguindo por esta, rumo Norte, até encontrar a Praça Doutor Joa-

quim Menelau de Almeida Torres, prosseguindo a direita do lado sul desta praça até encontrar a Avenida Marechal Floriano Peixoto; seguindo por esta, rumo Norte, até o ponto de partida, no cruzamento com a rua Major Fabriciano do Rego Barros. A quarta área inicia o cruzamento do Rio Iguapu com o Ribeirão dos Padilhas retificado, na divisa intermunicipal, seguindo por este, rumo Norte, até encontrar a Rua Eduardo Pinto da Rocha, e por esta, até a Estrada do Ganchinho, e por esta, até a Rua Nicola Pellanda; por esta, rumo Sul, até encontrar a Rua Bortolo Pellanda; por esta, e seu prolongamento, até encontrar o Arroio da Prensa, e por este, rumo Sul, até o cruzamento com a divisa Sul do município de Curitiba; e por esta, rumo Leste, até encontrar o ponto de partida, no cruzamento do Rio Iguapu com o Ribeirão dos Padilhas, retificado.

11.º OFÍCIO - A circunscrição territorial do 11.º Ofício de Registro de Imóveis inicia no cruzamento da Rua Nilo Peçanha com a Rua Carlos Augusto Cornelsen; seguindo por esta até encontrar a Rua Brasilino Moura, seguindo por esta até encontrar a Rua Eça de Queiroz, seguindo por esta até encontrar a Avenida Anita Garibaldi, seguindo por esta, rumo norte, até encontrar a divisa intermunicipal, contornando-a, rumo Oeste, passando pelo Ribeirão Antônio Rosa, até encontrar a rua Domingos Antônio Moro, seguindo por esta, rumo Sul, até encontrar a rua Bruno João da Silva; por esta, até encontrar a Rua Guy de Maupassant, por esta, até encontrar a Rua Amauri Lange Silvério, e por esta, rumo Sul, até encontrar a Avenida Desembargador Hugo Simas, por esta, até encontrar a Rua Cláudio Manoel da Costa; por esta, até encontrar a Rua Nilo Peçanha, e por esta, rumo Sul, até o ponto de partida, no cruzamento com a Rua Carlos Augusto Cornelsen.

DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DAS CIRCUNSCRIÇÕES IMOBILIÁRIAS DA COMARCA DE LONDRINA:

1.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 1.º Ofício de Registro de Imóveis tem o ponto de partida no cruzamento da Rodovia Celso Garcia com a Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Segue pela Rua Marechal Deodoro da Fonseca até encontrar a divisa do município de Cambé; segue por esta divisa até encontrar a Avenida Tiradentes (BR-369), seguindo por esta, em direção ao centro, até encontrar a Rua Quintino Bocaiuva; segue por esta, até encontrar a Avenida Paraná, segue por esta, até encontrar a Rua Pernambuco, seguindo por esta até o cruzamento com a Rua Pará; seguindo por esta até o cruzamento com a Avenida Duque de Caxias; segue por esta até encontrar a

Avenida Portugal, seguindo por esta até encontrar a Avenida Dez de Dezembro e continuando por esta até o cruzamento com a Rodovia Celso Garcia; segue pela Rodovia Celso Garcia até o cruzamento com o Ribeirão dos Apertados, seguindo por este Ribeirão até alcançar a divisa com o Município de Arapongas, seguindo pelas divisas dos Municípios de Arapongas e Cambé até encontrar a Rua Marechal Hermes da Fonseca, seguindo por esta até o ponto de partida no cruzamento com a Rodovia Celso Garcia. Compreende, ainda, o 1.º Ofício, o território dos Distritos de São Luiz e Irerê.

2.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 2.º Ofício de Registro de Imóveis tem o ponto de partida no cruzamento da Avenida Tiradentes (BR-369) com a divisa do Município de Cambé. Segue pela Avenida Tiradentes (BR-369), em direção ao centro, até encontrar a Rua Quintino Bocaiuva; seguindo por esta até encontrar a Avenida Paraná; segue por esta até o cruzamento com a Rua Pernambuco; segue por esta até o cruzamento com a Rua Pará; seguindo por esta até o cruzamento com a Avenida Duque de Caxias; segue por esta até o cruzamento com a Rua Santa Catarina; segue por esta até encontrar a Rua Jorge Casoni, segue por esta até o cruzamento com a Rua Potiguar; seguindo por esta até encontrar a Avenida Dez de Dezembro; seguindo por esta até encontrar a Avenida Brasília (BR-369); segue pela Avenida Brasília (BR-369) até encontrar a Rua Guilhermina Lammann; seguindo por esta até encontrar a Rua das Maritacas; seguindo por esta até a divisa com o Município de Ibiporã; segue por esta divisa até encontrar o Ribeirão Jacutinga, seguindo por este Ribeirão até encontrar a divisa com o Município de Cambé; segue por esta divisa até encontrar o ponto de partida, no cruzamento com a Avenida Tiradentes (BR-369). Compreende, ainda, o 2.º Ofício, o território dos Distritos de Warta, Maravilha e Paiquerê.

3.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 3.º Ofício de Registro de Imóveis tem o ponto de partida no cruzamento da Rua Pará com a Avenida Duque de Caxias. Segue pela Rua Pará até encontrar a Rua Jorge Casoni; segue por esta até encontrar a Avenida Celso Garcia Cid; segue por esta até encontrar a antiga estrada de rodagem que liga Londrina a Ibiporã; seguindo por esta estrada de rodagem até a divisa com o Município de Ibiporã, seguindo por esta divisa até atingir o Ribeirão Limoeiro, seguindo por este Ribeirão até atingir o Rio Tibagi; segue pelo Rio Tibagi até atingir o Ribeirão dos Apertados; seguindo por este Ribeirão até atingir a Rodovia Celso

Garcia; segue por esta Rodovia rumo a Londrina até atingir a Avenida Dez de Dezembro; seguindo por esta até atingir a Avenida Portugal; segue por esta até encontrar a Avenida Duque de Caxias; seguindo por esta até o ponto de partida na Rua Pará. Compreende, ainda, o 3.º Ofício, o território dos Distritos de Tamarana e Guaravera.

4.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 4.º Ofício de Registro de Imóveis tem o ponto de partida no cruzamento da Rua Pará com a Avenida Duque de Caxias. Segue pela Rua Pará até encontrar a Rua Jorge Casoni; segue por esta até a Avenida Celso Garcia Cid; seguindo por esta até encontrar a antiga estrada de rodagem que liga Londrina a Ibiporã; seguindo por esta estrada de rodagem até a divisa com o Município de Ibiporã; segue por esta divisa até encontrar a Rua das Maritacas; seguindo por esta até encontrar a Rua Guilhermina Lahmann; segue por esta até encontrar a Avenida Brasília (BR-369); seguindo por esta até a Avenida Dez de Dezembro; segue por esta até a Rua Potiguar; seguindo por esta até encontrar a Rua Jorge Casoni; segue por esta até a Rua Santa Catarina; seguindo por esta até a Avenida Duque de Caxias; segue por esta até o ponto de partida no cruzamento com a Rua Pará. Compreende, ainda, o 4.º Ofício, o território do Distrito de Lerroville.

DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DAS CIRCUNSCRIÇÕES IMOBILIÁRIAS DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU:

1.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 1.º Ofício de Registro de Imóveis abrange o Município de Santa Terezinha de Itaipu e a parte do território do Município de Foz do Iguaçu situada à esquerda da Rodovia BR-277, no sentido Curitiba-Foz do Iguaçu.

2.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 2.º Ofício de Registro de Imóveis abrange a parte do território do Município de Foz do Iguaçu situada à direita da Rodovia BR-277, no sentido Curitiba-Foz do Iguaçu.

DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DAS CIRCUNSCRIÇÕES IMOBILIÁRIAS DA COMARCA DE GOIOERÊ:

1.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 1.º Ofício de Registro de Imóveis compreende a área territorial do Município de Goioerê.

2.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 2.º Ofício de Registro de Imóveis compreende a área territorial do Município de Moreira Salles.

DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DAS CIRCUNSCRIÇÕES IMOBILIÁRIAS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS:

1.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 1.º Ofício de Registro de Imóveis abrange, o Município de São José dos Pinhais, o território situado à esquerda da divisa seguinte: partindo da ponte sobre o Rio Iguaçu sobe pela Avenida Souza Naves até a Rua XV de Novembro; por esta até atingir a BR-59, por esta até os limites com o Município de Tijucas do Sul, na ponte sobre o Rio da Una.

2.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 2.º Ofício de Registro de Imóveis abrange, no Município de São José dos Pinhais, o território situado à direita da divisa descrita na alínea acima, e o território dos Distritos de Tijucas do Sul, Mandirituba e Agudos do Sul.

DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DAS CIRCUNSCRIÇÕES IMOBILIÁRIAS DA COMARCA DE GUARAPUAVA:

1.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 1.º Ofício de Registro de Imóveis abrange parte dos distritos de Palmeirinha, Turvo, Cândói, Santa Galo, Cidade e os Distritos de Marquinho, Jacutinga, Campina do Simão, partindo, no Distrito da sede, do cruzamento da Avenida Manoel Ribas com a Rua XV de Novembro, no Alto do Ramalho, descendo pela Rua XV de Novembro à sua margem direita até a Rua Saldanha Marinho; seguindo por esta até encontrar o Rio Xarquinho; seguindo por esta até a Estrada Estratégica; seguindo por esta sempre à direita até encontrar a BR-277; seguindo por esta até a ponte do Rio Santa Galo, na divisa com o Município de Laranjeiras do Sul; subindo pelo Rio Santa Galo, na confluência do Arroio da Restinga Grande e por este acima até a sua cabeceira e por uma linha seca até encontrar as cabeceiras do Arroio Cuatis e por esta abaixo, até desaguar no Rio Cinco Voltas e por este abaixo até a sua foz no Rio do Cobre; descendo por este até a sua foz no Rio Piquiri e, por este acima até a barra do Rio Cachoeira, e por este, ainda, acima, por uma linha seca até as cabeceiras do Rio Mamote e por este abaixo, até cair no Rio Bonito, e por este, até encontrar a estrada de Guarapuava a Pitanga e por esta, passando pela sede do Distrito do Turvo, vai à sede do Distrito de Palmeirinha; cruza o asfalto da BR-277 e segue até encontrar a Avenida Manoel Ribas e por esta até a Rua XV de Novembro, no Alto do Ramalho, ponto de partida.

2.º OFÍCIO: A circunscrição territorial do 2.º Ofício de Registro de Imóveis abrange

parte dos Distritos de Entre Rios, Cândoí, Santa Galo e parte do distrito da sede, partindo, neste, do cruzamento da Avenida Manoel Ribas com a Rua XV de Novembro, no Alto do Ramalho, seguindo pela Avenida Manoel Ribas até encontrar a Rua Alcione Bastos; seguindo por esta até encontrar a Rua Comendador Norberto e por esta até o cruzamento da Rua Saldanha Marinho; seguindo por esta até a Avenida de Contorno e por esta até encontrar a Estrada de Ferro; seguindo por esta Estrada até o cruzamento com a estrada do Boqueirão; descendo até a ponte do Rio Jordão, atravessando este; seguindo pela Estrada Estadual, passando pelas sedes da Colônia Samambaia, Capão Bonito, Colônia Socorro e, ainda, pela mesma até o Rio Pinhão; descendo pelo Rio Pinhão até a barra com o Rio Jordão e por este abaixo até desaguar no Rio Iguaçu, e por este, em sentido descendente, até encontrar a barra do Rio Cavernoso, subindo por este até a barra do Rio Santa Galo e por este até a ponte sobre o mesmo na Estrada BR-277, e por esta até o alto do Cascavel até encontrar a antiga Estrada Estratégica, seguindo por esta até o Rio Cascavel; seguindo por este até a confluência do Rio Xarquinho, e por este até o cruzamento com a Rua Saldanha Marinho; seguindo por esta até a Rua XV de Novembro e, por esta, até o ponto de partida.

3º OFÍCIO: A circunscrição territorial do
3º Ofício de Registro de Imóveis abrange o Município de Inácio Martins, os Distritos de Guará e Guairacá, parte dos Distritos de Turvo, Palmeirinha, Entre Rios e Cidade, partindo, no Distrito da sede, do cruzamento da Avenida Manoel Ribas com a Rua XV de Novembro, no Alto do Ramalho; seguindo pela Avenida Manoel Ribas até encontrar o asfalto da BR-277, cruzando esta, passando pela localidade de Palmeirinha (centro) e em continuação, pela sede da localidade de Turvo até encontrar o Rio Bonito ou Pedrinho, descendo por este até sua foz no Rio Ivaí; subindo por este à confluência do Rio Belo e por este acima até encontrar o Rio Marrecas e por este acima até encontrar o Arroio da Terra Colonizada que nasce na Serra da Esperança e pela Serra da Esperança, dividindo com o Município de Prudentópolis, até as cabeceiras do Rio Irati; seguindo por este abaixo até desaguar no Rio Bananas, descendo este até a barra do Arroio Jacu e Bugio, subindo este, por uma linha seca, até encontrar a cabeceira do Rio Gerônimo ou Lajeado Grande e por este abaixo até a barra do Rio do Pinho, dividindo com o Município de Inácio Martins, descendo ainda pelo Rio Jerônimo ou Lajeado Grande até desaguar no Rio Pinhão e por este abaixo

até encontrar a estrada que se dirige ao Município de Pinhão vindo de Guarapuava, e por esta, pela Estrada Estadual, passando pelas Colônias Socorro e Samambaia até a ponte do Rio Jordão e seguindo pela estrada do Boqueirão, até a confluência com a Estrada de Ferro; seguindo por esta até a Avenida de Contorno; seguindo por esta até a confluência com a Rua Saldanha Marinho; seguindo por esta, sempre à direita, até a Rua Comendador Norberto, seguindo por esta até encontrar a Rua Alcione Bastos; seguindo por esta, até o ponto de partida.

(a) ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA CANEIRO
PRESIDENTE

OFÍCIOS:

Sob os n. DTL/188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números: 136, 139, 138, 76, 61, 84, 109, 304, 120, 59, 184, 188, 39, 145, 88, 72, 45, 68, 170, 74, 43, 56/86, 280/85, 93, 40, 108, 101, 127/86, 339, 146/85, 113/83, 116/86, 140/85, 82/86 e 89/81, os quais convertidos em Lei tomaram os números: 8.368, 8.369, 8.370, 8.372, 8.373, 8.374, 8.375, 8.376, 8.377, 8.378, 8.379, 8.380, 8.381, 8.382, 8.383, 8.384, 8.385, 8.386, 8.387, 8.388, 8.389, 8.390, 8.391, 8.392, 8.393, 8.394, 8.395, 8.396, 8.397, 8.398, 8.399, 8.400, 8.401, 8.402 e 8.403, respectivamente. Anote-se. Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência para os Projetos de Lei números:

54/86 - que autoriza o Poder Executivo a doar um lote de terreno ao Município de Almirante Tamandaré;

102/86 - que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL - SPVS";

148/86 - que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO VALE DO RIBEIRA;

191/86 - que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO GRÁFICA SCUSSIATTO;

211/86 - que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a JUSTINO ARAÚJO VILELA;

212/86 - que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA EUCATUR

CASCAVEL COUNTRY CLUB";

219/86 - que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ODIR GOMES DA ROCHA;

228/86 - (Mensagem n. 127/86) Acresce parágrafo único ao art. 3º, da Lei n. 7.335, de 16/06/80; e da Mensagem n. 154/86.

Sala das Sessões, em 24.11.86.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n. 98/86, que faz doação de um terreno de propriedade do Estado, para o Município de Douradina, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 24.11.86.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente a Ilustríssima Senhora ANA MARIA MURATORI, Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, através da Secretaria de Estado da Educação, solicitando a construção de um muro ou alambrado na Escola Estadual "Alberto Rebello Valente", na Vila do DER, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24.11.86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A comunidade das Vilas Contin e Moecin (DER) em Ponta Grossa, estão a reivindicar a construção de um muro ou alambrado na Escola Estadual "Alberto Rebello Valente", o que constitui uma necessidade premente, visto tal escola situar-se praticamente à margem de uma rodovia de intenso movimento, o que oferece enorme perigo aos alunos, além do que, constantemente, o prédio escolar sofre atos de vandalismo por parte dos desocupados que ali adentram.

Por ser de fundamental importância a construção de uma proteção na referida escola, é que se faz a presente reivindicação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo. (Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL. (Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT. (Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PCB. (Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL. (Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB. (Declina)

Finalmente, havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente, Passando-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 98/86, que faz doação de um terreno de propriedade do Estado, para o Município de Douradina.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 98/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 65/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação de um terreno de propriedade do Estado, com 1.470m2 de área, objeto da Matrícula n. 7.301, do Livro 3-F, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Em votação o Projeto.- Aprovado.

Em votação a emenda.- Aprovada.

O projeto em função disso, irá à 4ª Discussão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 232/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 137/86) - encaminhando Orçamento-Programa e a atualização do Orçamento Plurianual de Investimentos para o exercício de 1987. Com PARECER FAVORÁVEL ao Projeto da COMISSÃO DE ORÇAMENTO e CONTRÁRIO às EMENDAS apresentadas, com exceção das EMENDAS números 11 e 12.- Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 98/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e OUTROS, que assegura aos aposentados nos regimes das Leis n. 7074 e 7122/79, que tiverem incluídas em seus proventos, as vantagens da Lei n. 6794, de 08/06/76, os direitos a este benefício, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da

C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Com EMENDA DE PLENÁRIO;

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 02
AO PROJETO DE LEI N. 98/84.

Art. ... - O Funcionário Público Estadual efetivo, que tiver exercido mandato legislativo estadual, integralmente, terá assegurado, por ocasião da aposentadoria, o correspondente à remuneração de Secretário de Estado.

Sala das Sessões, em 24.11.86.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamento:

Ezequias Losso, Odeni Mongruel, Tércio Albuquerque, Jorge Maia Filho, Gabriel Manoel, Werner Wanderer, Erondy Silvério, Wilson Fortes e Augusto Carneiro.

Em votação o Projeto.- Aprovado.

Em votação a emenda de Plenário.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 101/86 (Mensagem n. 130/86 - ex-Proposição 129/86), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 14/86-SETR, celebrado em 30/06/86, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias da Segurança, dos Transportes e o DNER, com a interveniência da Polícia Militar do Estado, objetivando proporcionar policiamento junto às instalações dos PPVS, em rodovias federais. Em Regime de Urgência.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 102/86 (Mensagem n. 121/86 - ex-Proposição n. 125/86), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos a Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, e os municípios, nas datas adiante mencionadas, objetivando a execução de obras de interesse do DETRAN, nos municípios signatários. Em Regime de Urgência.- Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 179/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e OUTROS, que estabelece que a taxa adicional instituída pelo art. 2.^o, da Lei n. 7809, de 29/12/83, será destinado 50% (cinquenta por cento) ao Programa de Assistência ao Menor e 50% (cinquenta por cento) ao Fundo Penitenciário, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 91/86, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Ministro DILSON DOMINGOS FUNARO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Em Regime de Urgência.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 176/86, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO OESTE DO PARANÁ - ACAMOP"; com sede e foro na Cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO N. 03 AO
PROJETO DE LEI N. 176/86

Acrescente-se onde couber:

"Art. ... - Fica declarado de utilidade pública, a Associação de Moradores do "CONJUNTO APOLO", com sede e foro no Município de São José dos Pinhais".

Sala das Sessões, em 24.11.86.

(a) ANIBAL KHURY.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Em votação a Emenda de Plenário.- Aprovada.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 221/86, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que declara de utilidade pública a "CÁRITAS DIOCESANA DE FOZ DO IGUAÇU", com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Em Regime de Urgência.- Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Da Proposição n.88/86, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.81/86), proposta de Emenda Constitucional, acrescentando dois parágrafos ao artigo 160, da Constituição do Estado, visando atribuir poderes constituintes aos Senhores Deputados Estaduais a serem eleitos para a próxima legislatura, e 1987 a 1990, cuja incumbência essencial será a de adaptar a Constituição Estadual aos preceitos promulgados pela Assembléia Nacional Constituinte. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO. Aprovado.

PROPOSTA DE EMENDA

CONSTITUCIONAL DE N. 88/86

Artigo Único - Fica acrescido à

Constituição do Estado do Paraná, o art. 160, com dois parágrafos, no seguinte teor:

"Art.160 - Os Deputados Estaduais eleitos para a legislatura a iniciar-se em 1987, sem prejuízos de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão em Assembleia Constituinte Estadual, imediatamente após a promulgação da Constituição Federal pela Assembleia Nacional Constituinte.

§ 1º - Iniciados os trabalhos da legislatura, será constituída uma Comissão Especial de quinze membros, com representação proporcional dos partidos políticos, para redigir e encaminhar ao Plenário o projeto, segundo o Regimento por ela própria elaborado.

§ 2º - A Constituição do Estado do Paraná que será promulgada depois de aprovado o seu texto em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo. Constituinte que, em igual período, elaborará a nova Constituição da República, por força da convocação feita pela Emenda Constitucional n.26, de 27 de novembro de 1985.

Certo de que a Proposição submetida à alta apreciação desse Egrégio Poder Legislativo merecerá acolhimento e conseqüente promulgação, reitero a Vossa Excelência e ilustres Pares meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 23/06/86.

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
À CONSTITUIÇÃO
PROPOSIÇÃO N.88/86

PARECER:

O Chefe do Poder Executivo através da Mensagem n.81/86, de 23 de junho próximo passado, encaminhou para a apreciação deste Poder, a proposta de Emenda Constitucional, com o objetivo de acrescer ao art.160, de nossa Carta Magna, dois parágrafos, visando atribuir Poderes Constitucionais aos Senhores Deputados Estaduais a serem eleitos para a próxima legislatura.

Tendo em vista que a nova Carta Magna, que deverá ser elaborada pelo Congresso Nacional Constituinte a ser instalado em 1º de fevereiro de 1987, novas disposições deverão constar da redação da Nova Carta para que tais modificações, também possam ocorrer na Constituição de nosso Estado.

As disposições que se pretende inserir em nosso texto constitucional vigente, virão atender às adaptações necessárias para que a nova legislatura a ser instalada em nosso Estado, no próximo ano, tenha condições para estabelecer e adaptar as novas disposições constitucionais para o Paraná a fim de deixá-lo em perfeita consonância com as normas a serem estabelecidas na

Carta Magna Nacional.

Isto posto, nosso Parecer é favorável à Proposição apresentada, opinando-se por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20/11/86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS - Presidente
FUAD NACLI - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de um muro ou alambrado, na Escola Estadual "Alberto Rebello Valente", do município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n. 54/86, 102/86, 148/86, 191/86, 211/86, 212/86, 219/86 e 228/86. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.231/86

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.98/84

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 179/84, 91/86, 176/86 e 221/86.

2ª DISCUSSÃO - da Proposição n.88/86.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.54/86, 102/86, 148/86.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO N. 320/86

I - exonerar, a pedido, GENI SALLES, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Belinati.

II - prover, CARLOS ROBERTO PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Belinati.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08/10/86.

(Protoc. n. 8486)

DECRETO LEGISLATIVO N. 321/86

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, MAXIMINIO CARDOSO, matrícula n. 573, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados de acordo com o Art. 4.º e § 1.º, da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e dois (02) adicionais incorporados de acordo com o Art. 170 e parágrafo único e Art. 171 e §§ 1.º e 2.º da referida Lei n. 6174, e cem por cento (100%) do respectivo vencimento, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos do Art. 6.º, da Lei Complementar, n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 2388)

DECRETO LEGISLATIVO N. 322/86

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula n. 257, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes a Simbologia DAS-4, de acordo com o Art. 140, item III, da mesma Lei, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º e parágrafo 1.º da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único, e Art. 171 e parágrafos 1.º e 2.º, respectivamente, da referida Lei n. 6174, e cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei n. 8069, de 28 de dezembro de 1984.

(Protoc. n. 7611)

DECRETO LEGISLATIVO N. 323/86

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, parágrafo 1.º e Art. 140, item III, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, IGLAIR SMANIOTTO, matrícula n. 298, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) triênios, incorporados, de acordo com o Art. 4.º, parágrafo 1.º, da Resolução n. 2/64; cinco (05) quinquênios, incorporados, e três (03) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 170, parágrafo único, Art. 171, parágrafos 1.º e 2.º, respectivamente, da

referida Lei n. 6174; e cem por cento (100%), do respectivo vencimento, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva de acordo com o Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 8275)

DECRETO LEGISLATIVO N. 324/86 aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, e do Art. 140, item III, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula n. 388, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Classe "A", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) quinquênios e quatro (04) adicionais, de acordo com os Arts. 170 e parágrafo único, e 171 e parágrafos 1.º e 2.º respectivamente, da referida Lei n. 6174, e cem por cento (100%) do respectivo vencimento, pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, nos termos do Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 20)

DECRETO LEGISLATIVO N. 325/86

exonerar, a pedido, a partir de 11 de setembro de 1986, LEVI SILVA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da Liderança do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

(Protoc. n. 7934)

DECRETO LEGISLATIVO N. 326/86

aposentar, nos termos dos Arts. 138, item II, 140, item III, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ADAIRTON BORGES DOS SANTOS, matrícula n. 276, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia D.A.S.-4, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º e parágrafo 1.º, da Resolução n. 2/64, cinco (05) quinquênios e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com os Arts. 170 e parágrafo único, 171 e parágrafos 1.º e 2.º, da referida Lei n. 6174, e cem por cento (100%) de gratificação, pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com os Arts. 172, item III e 177, da supra citada Lei, combinados com o Art. 6.º, da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 8602)

DECRETO LEGISLATIVO N. 327/86

- I - exonerar, a pedido, JACY GOETTER DE B. SANTOS, do cargo de Chefe de Gabinete da 2.^a Secretaria;
- II - nomear, SIMON RUNE LUNDGREN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da 2.^a Secretaria, ficando dispensado do cargo de Assessor Técnico da já citada 2.^a Secretaria;
- III - nomear, RIZIO WACHOWICZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor Técnico, da 2.^a Secretaria; e,
- IV - nomear, JACY GOETTER DE B. SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete Parlamentar do Deputado KIELSE CRISOSTOMO.

DECRETO LEGISLATIVO N. 328/86

aposentar, nos termos dos Arts. 138, item II, 140 item III, da Lei n.6174, de 16 de novembro de 1970, AYNE MARIA REINERT TIZZOT, matrícula n.236, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à Simbologia D.A.S.-4, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º e parágrafo 1.º, da Resolução n.27/64; cinco (05) quinquênios e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com os Arts.170 e parágrafo único, 171 e parágrafos 1.º e 2.º, da referida Lei n.6174, e cem por cento (100%), gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com os Arts.172, item III e 177, ambos do cargo de supra citada Lei n.6174, combinados com o Art.6.º, da Lei Complementar n.21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n.8689)

DECRETO LEGISLATIVO N.329/86

aposentar, a pedido, nos termos dos Arts.138, item II e parágrafo 1.º; item III, e, 170 e parágrafo único da Lei n.6174, de 16 novembro de 1970, MARIA DOLORES TULIO BARVIK, matrícula n.218, ocupante do cargo de Oficial Legislativo Classe "B", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art.4.º e parágrafo 1.º, da Resolução n.2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cem por cento (100%) do respectivo vencimento, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art.6.º, da Lei complementar n.21, de 26 de outubro de 1986.

(Protoc. n.3948)

DECRETO LEGISLATIVO N.330/86

prover, DUILIO DIAS, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em comissão, Símbolo DAS-5, de Assessor Técnico, da Diretoria Geral.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09/10/86.

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.331/86

I - exonerar, a pedido, CARLOS ANTONIO MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

II - prover, ALECIO ALFREDO ARCIE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

(Protoc. n.8869)

DECRETO LEGISLATIVO N. 333/86

I - exonerar, a pedido, JACY GOETTER DE BRITO SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Kielse Crisóstomo.

II - exonerar, a pedido, ISRAEL DINIZ, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretor Adjunto, da Diretoria Administrativa.

III - prover, JACY GOETTER DE BRITO SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretora Adjunta, da Diretoria Administrativa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21/10/86.

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral

PORTARIA N.158/86

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JULIA JOLINSKI DE PAULA, matrícula n.560, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5.º quinquênio, período compreendido entre 07 de janeiro

de 1982 e 07 de janeiro de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 2.º decênio.

(Protoc. n.6158)

PORTARIA N. 159/86

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JANET DA SILVA SANTOS, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio compreendido entre 03 de fevereiro de 1979 e 03 de fevereiro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1978, 1980 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. n.5984)

PORTARIA N.160/86

transferir, para época oportuna, as férias concedidas a funcionária LIGIA MARIA DA SILVA, matrícula n. 186, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "D" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembléia.

Antônio Manoel de Almeida, Diretor Administrativo, para exercer o cargo de Consultor Legislativo, Classe "D" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembléia, em 21/10/86.

ANTÔNIO MANOEL DE ALMEIDA

Diretor Administrativo

ANTÔNIO MANOEL DE ALMEIDA

Diretor Administrativo

KIRILLO CRISTÓFARO

Diretor Administrativo

Atos da Diretoria Geral

PORTARIA N.162/86

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JULIA JOLINSKI DE PAULA, matrícula n.500, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 2.º quinquênio compreendido entre 07 de janeiro

Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.8123)

PORTARIA N.161/86

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.466/85, ao funcionário PEDRO PAULO BUENO DOS SANTOS, matrícula n. 005, ocupante do cargo de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.8492)

PORTARIA N. 162/86

mandar, contar, para efeito de aposentadoria, nos termos da Lei n.7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n.5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de MAXIMÍNIO CARDOSO, matrícula n. 573, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A" - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de sete (07) anos, compreendidos entre 1.º de janeiro de 1955 e 31 de dezembro de 1961, em que prestou serviços em atividade regida pela Lei Federal n.33807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n.2388)

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/10/86

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

ENIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO N.330/86

DECRETO LEGISLATIVO N.329/86

apresentar, nos termos do Art. 158, item II e parágrafo 1.º, da Lei n. 170 e parágrafo único da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, MARIA DO ROS TUDIO BARVIX, matrícula n.218, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "B", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de cinco (05) trinta e três por cento (03) de acordo com o Art. 4.º e parágrafo 1.º da Resolução n.25/84, cinco (05) quinquênios incorporados e cem por cento (100%) de respectivo vencimento, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6.º da Lei Complementar n.21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n.3248)